



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JANAYNNA OLIVEIRA MAGALHÃES

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS TRADICIONAIS E
BANCOS COMUNITÁRIOS.

FORTALEZA

2018

JANAYNNA OLIVEIRA MAGALHÃES

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS TRADICIONAIS
E BANCOS COMUNITÁRIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à avaliação da disciplina de Monografia em Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Ceará, no período de 2018.1, como requisito parcial para aprovação na disciplina.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M166a Magalhães, Janaynna.
Análise Comparativa entre Instituições Bancárias Tradicionais e Bancos Comunitários / Janaynna Magalhães. – 2018.
52 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Contábeis, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

1. Banco Comunitário. 2. Banco Tradicional. 3. Crédito. 4. Concessão. 5. Poder Aquisitivo. I. Título.
CDD 657

JANAYNNA OLIVEIRA MAGALHÃES

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS TRADICIONAIS
E BANCOS COMUNITÁRIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à avaliação da disciplina de Monografia em Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Ceará, no período de 2018.1, como requisito parcial para aprovação na disciplina.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo (Orientador).
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Correa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. MSc Cíntia de Almeida
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Bancos comunitários são instituições financeiras que tem por objetivo proporcionar um acesso menos burocrático, aos produtos financeiros, para uma parcela da população de menor poder aquisitivo. Em acordo com as premissas da economia popular solidária, que os fundamenta, esses bancos são situados em comunidades de periferia, e tem como diferencial a utilização da moeda social e do aval solidário. Em contrapartida e com um viés um pouco diferenciado, trazemos também os bancos comerciais, que oferecem produtos semelhantes, porém, com outro critério de análise de crédito para concessão desses produtos financeiros. Sendo assim, este trabalho tem a finalidade de fazer uma análise comparativa sobre as formas de obtenção de produtos e serviços financeiros no Brasil, considerando as classes sociais existentes. Nesse contexto, procuramos evidenciar as diferenças e semelhanças existentes entre essas duas instituições, com o intuito de fazer um paralelo entre ambas. Um exame dessas operações no País, contudo, leva à conclusão de que ainda é necessário explorar mais alternativas que permitam um maior emprego de recursos do sistema financeiro. Dessa forma, será apresentado um retrato da realidade da política bancária oferecida nos bancos comunitários comparada àquelas já praticadas, pelos chamados “bancos convencionais”. Neste trabalho a metodologia utilizada foi de caráter descritivo e qualitativo, utilizando como técnica para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. Observou-se que com a implantação dessa alternativa de acessibilidade ao crédito, ocorre um impulso na economia local das comunidades agraciadas pelos bancos comunitários, o que pode vir a alavancar o desenvolvimento do país como um todo.

Palavras Chaves: 1. Banco Comunitário. 2. Banco Tradicional. 3. Crédito. 4. Concessão. 5. Poder Aquisitivo.

ABSTRACT

Community banks are financial institutions that aim to provide less bureaucratic access to financial products for a portion of the population with lower purchasing power. In accordance with the premises of the popular economy of solidarity, which bases them, these banks are located in communities of periphery, and has as differential the use of the social currency and the solidary endorsement. In contrast, and with a slightly different bias, we also bring commercial banks, which offer similar products, but with another criterion of credit analysis for the concession of these financial products. Thus, this work has the purpose of making a comparative analysis on the ways of obtaining financial products and services in Brazil, considering the existing social classes. In this context, we try to show the differences and similarities between these two institutions, in order to make a parallel between the two. An examination of these operations in Brazil, however, leads to the conclusion that it is still necessary to explore more alternatives that allow greater use of resources of the financial system. In this way, a picture of the reality of banking policy offered in community banks will be presented, compared to those already practiced, by the so-called "conventional banks". In this work, the methodology used was descriptive and qualitative, using bibliographical and documentary research as a technique for collecting data. It was observed that with the implementation of this alternative of accessibility to credit, there is a boost in the local economy of communities graced by community banks, which may boost the development of the country as a whole.

Key Words: 1. Community Bank. 2. Traditional Bank. 3. Credit. 4. Concession. 5. Purchasing Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Organograma do Sistema Financeiro Nacional	16
Figura 2 - Ciclo da Intermediação Financeira	19
Figura 3 – Representação do Crédito Associado ao Risco.....	24
Figura 4 - Representação da renda familiar brasileira.....	31
Figura 5 – Distribuição dos Bancos Comunitários no território brasileiro.	33
Figura 6 – Crescimento dos Bancos Comunitários no território brasileiro.	33
Figura 7 – Distribuição dos Bancos Comunitários por regiões brasileiras, Estados e municípios.	35
Figura 8 – Fluxograma de produtos/serviços e ações oferecidos pelos Bancos Comunitários	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Rede Brasileira de Bancos Comunitários.	35
Quadro 2 – Sistema de crédito e juros evolutivos.....	42
Quadro 3 - Comparativo entre características referentes aos Bancos Tradicionais e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.	47

LISTA DE SIGLAS

ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BCDs	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CADIM	Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados Setor Público Federal
CCEB	Critério de Classificação Econômica do Brasil
CEF	Caixa Econômica Federal
MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho
NCC	Novo Código Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERASA	Centralização de Serviços dos Bancos
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
2.INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONVENCIONAIS	15
2.1. Instituições Financeiras Convencionais.....	15
2.1.1 Características das Instituições Financeiras	15
3.1.2Funções dos Bancos Comerciais	17
2.2 Formas de Decisão de Crédito.....	18
2.3 A Intermediação Financeira.....	18
2.4 Perfil dos Clientes.....	19
2.4.1 Categorias Econômicas no Brasil	20
2.5 Avaliação de Crédito	21
2.5.1 Conceito de Risco.....	23
3.BANCOS COMUNITÁRIOS	25
3.1Economia Popular Solidária	25
3.1.1 Conceito de Economia Popular Solidária.....	26
3.1.2 Origem da Economia Popular Solidária	28
3.1.3 Surgimento no Brasil	29
3.1.4 Características do Consumidor de Baixa Renda.....	29
3.2 Surgimento do Banco Comunitário no Brasil.....	32
3.3 Desenvolvimento dos Bancos Comunitários	35
3.4 Público Alvo dos Bancos Comunitários.....	36
3.5 Produtos e Ações de um Banco Comunitário	36
3.6 A concessão de crédito no Banco Comunitário.....	40

4. METODOLOGIA.....	43
5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BANCOS TRADICIONAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS.....	45
6. CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

O crescente consumo oriundo da base da pirâmide no Brasil vem despertando cada vez mais o interesse dos bancos privados e comunitários, que veem na divulgação de produtos e serviços específicos e adequados para essa camada da população como uma oportunidade magnífica de crescimento de lucros.

Para PRAHALAD (2005), “(...) o investimento no mercado de baixa renda torna-se uma alternativa estratégica de crescimento importante para muitas instituições financeiras, principalmente em países emergentes como o Brasil(...)”. Assim, é fundamental que as organizações conheçam o perfil do consumidor e o seu comportamento em relação à aquisição de produtos financeiros, principalmente quais os fatores que o influenciam, e quais consideram importantes no momento de decidir sobre um produto ou serviço.

O crédito advindo de instituições financeiras, hoje oferecidas à população brasileira, passa por uma rigorosa e burocrática análise de crédito, que leva em consideração o comportamento das pessoas em relação ao mercado econômico onde estão inseridas. Essa análise tem caráter excludente, pois, parte da premissa de que para ser um bom “pagador” o cliente não pode constar em órgãos de proteção às empresas, o Serviço de Proteção ao Crédito, e mediante consulta a esses órgãos é que se dá início à análise de crédito para obtenção de qualquer produto financeiro.

Como uma alternativa a essa prática de análise de crédito utilizada pelos bancos comerciais, surgiram os bancos comunitários que trazem a possibilidade de crédito a pessoas que não tem o perfil necessário para atender as exigências que as instituições financeiras impõem aos seus clientes. Os bancos comunitários estão instalados nas comunidades de baixa renda, oferecendo produtos que atendem a realidade daquela população, pois foram criados, em sua maioria, por associações de moradores da própria comunidade e, utilizam como ferramenta de análise de crédito, a opinião dos moradores quanto à honestidade daqueles que estão solicitando algum tipo de produto.

Esse estudo tem o objetivo geral de comparar as práticas bancárias oferecidas a uma parcela da população que, muitas vezes, enfrenta objeções das instituições convencionais por não atingirem os requisitos mínimos exigidos.

O presente trabalho procura apresentar um enfoque diferente a respeito de finanças, bancos, análise de crédito e todas as variáveis que possam envolver a capacidade de compra da população brasileira, trazendo para o meio científico um comparativo referente a esse modelo inserção, os chamados bancos comunitários. Para um melhor entendimento, é necessário um estudo mais aprofundado sobre essa modalidade de concessão de crédito, pois, essa análise diferenciada exercida pelos bancos comunitários, em meio à população de baixa renda, vem contribuindo para o surgimento de uma nova classe social, na qual, brasileiros que antes não podiam cogitar a possibilidade de conseguir um empréstimo bancário, devido aos processos dos bancos comerciais e de sua rigorosa análise do perfil, tem nesse novo modelo a chance de equilibrar suas finanças pessoais ou de incrementar seu pequeno negócio, saindo assim da informalidade.

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, no ano de 2018 existem 118 bancos comunitários espalhados pelo Brasil, desses 37 encontra-se no Estado do Ceará. O pioneiro nessa economia popular solidária brasileira foi o Banco Palmas, criado em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE) e em 2003 veio o Instituto Palmas, criado por essa mesma associação de moradores. O qual se trata de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja institucionalidade passou a ser utilizada pelo Banco Palmas.

Serão utilizadas pesquisas documentais, para demonstrar a realidade desses bancos e de seu público alvo, a população de baixa renda brasileira.

O problema vislumbrado que ocasionou a referente pesquisa trata-se de analisar quais as diferenças existentes entre os bancos comerciais e os bancos comunitários.

O objetivo geral deste trabalho é comparar bancos comerciais e bancos comunitários.

Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- I. Diferenciar os bancos comerciais dos bancos comunitários;
- II. Relacionar os produtos financeiros fornecidos por essas instituições;
- III. Estabelecer semelhanças e diferenças existentes entre bancos comerciais e bancos comunitários.

A delimitação de conceitos dentro de qualquer ciência é de grande importância para se entender melhor seus objetivos, sendo assim, para compreendermos a magnitude dos bancos

comunitários, temos primeiro que entender a diferença entre eles e os bancos convencionais, o significado da economia popular solidária, bem como seus efeitos nas comunidades e os produtos e serviços oferecidos pelos mesmos.

A pesquisa científica, ao focar em suas finalidades, pode ser classificada da seguinte forma: exploratória, descritiva ou explicativa. Em relação a abordagem dos dados ela pode se apresentar por meios quantitativos ou qualitativos. Os procedimentos para obtenção dos dados podem ser: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento (survey), estudo de caso, pesquisa experimental, dentre outros. Neste trabalho utilizou-se a como forma de pesquisa científica a descritiva e qualitativa, e como forma de coleta dos dados a pesquisa bibliográfica e documental.

O levantamento bibliográfico em questão se trata de artigos e publicações referentes à socioeconômica solidária que vem sendo implantada no Brasil na forma dos Bancos Comunitários para que seja feita a devida análise da evolução dessa nova forma de crédito para as classes menos favorecidas, procurando evidenciar as vantagens ou desvantagens dessa inovação na análise e concessão de crédito.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, pois tratará a evidenciação fatos e dados onde será exposta a vantagem ou desvantagem e os impactos na comunidade com a implantação do banco comunitário.

Sendo assim para a pesquisa a ser realizada serão abordados livros correntes, livros de referência, artigos científicos e websites.

O trabalho está dividido em seis capítulos que buscam apresentar de forma clara as ideias pertinentes ao assunto, elencados da seguinte forma: Capítulo Um, Introdução; Capítulo Dois, Instituições Financeiras Convencionais; Capítulo Três, Bancos Comunitários; Capítulo Quatro, Bancos Tradicionais x Bancos Comunitários; Capítulo Cinco, Metodologia; Capítulo Seis Conclusão.

2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONVENCIONAIS

As instituições financeiras brasileiras apresentam aspectos comuns, como também, algumas peculiaridades na sua forma de apresentação, gestão, público e oferta de produtos que as diferenciam entre si. Antes de iniciar um estudo sobre bancos comunitários é necessário enquadrá-lo dentro do contexto do sistema financeiro nacional, como uma das muitas formas de oferta de produtos financeiros, porém, diferentemente dos demais, com foco na melhoria de vida da comunidade onde atua e não, apenas na obtenção de lucro sobre o dinheiro aplicado.

Para começar essa explanação vamos caracterizar as instituições financeiras convencionais, que em também são chamadas de bancos comerciais.

2.1. Instituições Financeiras Convencionais

2.1.1 Características das Instituições Financeiras

Consideram-se instituições financeiras, para efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor da propriedade de terceiros. Equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer dessas atividades, de forma permanente ou eventual.

Conceituação de pessoa jurídica de acordo com a Lei nº10.406/02, NCC:

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

I - a União;

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

IV - as autarquias;

V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

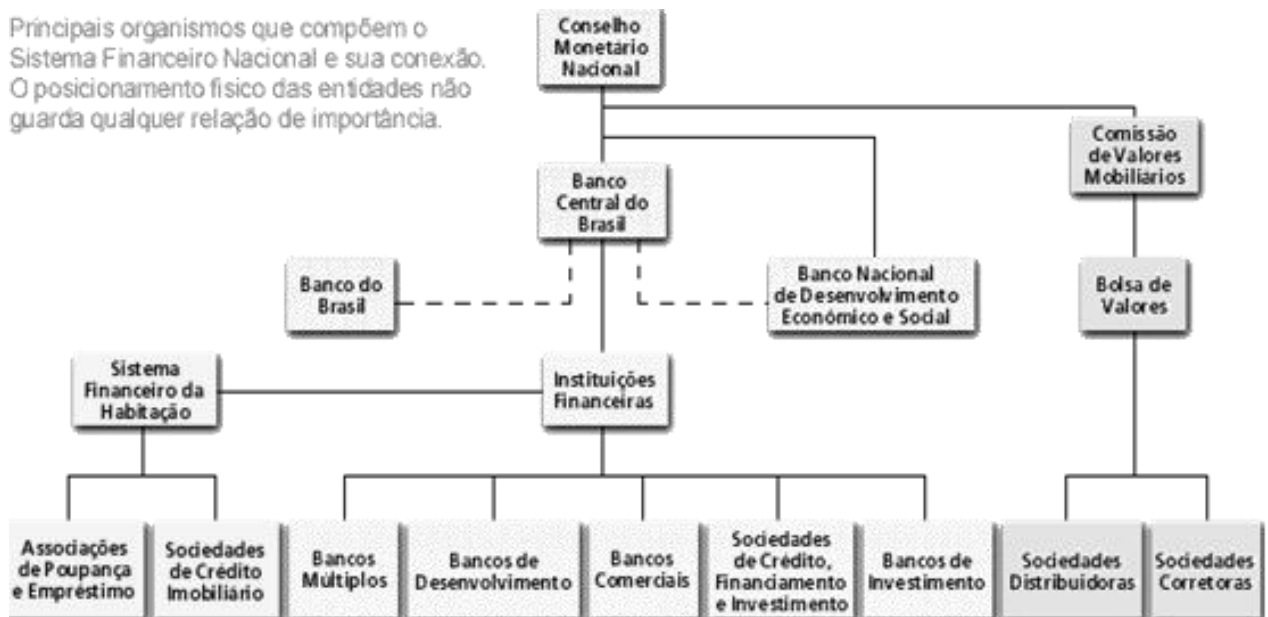
Parágrafo único. As disposições concernentes às associações aplicam-se, subsidiariamente, às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

Fonte: NOVO CÓDIGO CIVIL, LEI 10.406/02.

As instituições financeiras somente podem funcionar no Brasil mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou, quando estrangeiras, por intermédio de decreto do Presidente da República. É ilegal o desempenho de atividades de coleta, intermediação ou aplicação de recursos sem prévia autorização.

A Figura 1 apresenta o organograma do Sistema Financeiro Nacional, para que seja visualizada a posição dos bancos dentro do Mercado Financeiro.

Figura 1- Organograma do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: BOVESPA, 2009.

Instituições financeiras bancárias, são aquelas autorizadas a captar recursos junto ao público sob a forma de depósito à vista, podendo, por isso, criar moeda escritural: Bancos Comerciais, Caixas Econômicas, Cooperativas de Crédito, Bancos Cooperativos e Bancos Múltiplos com Carteira Comercial.

Instituições Financeiras Não Bancárias, são aquelas autorizadas a captar recursos sob a forma de depósitos em espécie, dentre estas estão: os Bancos de Investimento, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Companhias Hipotecárias e Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial.

Entre os tipos de empresa autorizados a exercer atividades de intermediação de negócios e aplicação de recursos existe ainda aquela que está ligada ao cotidiano da

comunidade onde está inserida, que é o banco comunitário. Dentre estas instituições citadas, apresento o funcionamento dos Bancos Comerciais.

3.1.2 Funções dos Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, em curto e médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão “Banco” (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Segundo Reed e Gill (1995: p.5):

A principal função dos bancos comerciais é estender o crédito a tomadores que façam por merecer este benefício. Desde o início, os organizadores de bancos sentem-se motivados pelas oportunidades apresentadas pela área de empréstimos, e vários governos concederam cartas-patente basicamente porque havia uma necessidade de crédito em uma comunidade em particular. Quando tomam o crédito disponível, os bancos comerciais estão prestando um grande serviço social; estas atitudes aumentam a produção, expandem os investimentos de capital e proporcionam um padrão de vida mais alto. O empréstimo bancário é muito importante para a economia, pois possibilita o financiamento das atividades agrícolas, comerciais e industriais da nação. Ele possibilita o que os economistas chamam de produção indireta, em comparação com a produção direta, em que os bens de consumo são garantidos pela aplicação direta da mão de obra na terra ou nas riquezas naturais. Os empréstimos bancários também possibilitam a produção de estoques. A indústria de alimentos oferece um exemplo excelente: o alimento colhido e processado não pode ser consumido imediatamente. A indústria de enlatados toma empréstimos para comprar, processar, enlatar e armazenar os alimentos que, posteriormente, serão vendidos a lojistas e, em última análise, a consumidores. Durante este intervalo, do produtor para a indústria de enlatados, desta para o atacadista, deste para o lojista e finalmente para o consumidor - os empréstimos bancários tornam possível a manipulação econômica da safra.

Para Silva (2000), quando nos dirigimos a uma agência de um banco de varejo, observamos pessoas em filas pagando contas, efetuando depósitos, sacando dinheiro, retirando talões de cheques. Conversando com os gerentes, pequenos empresários negociam a obtenção de empréstimos para capital de giro para suas empresas. Conectando os computadores do banco, clientes estão fazendo operações diversas ou simplesmente tirando extrato. Seguramente, na rede bancária como um todo, existe semelhante cenário, mudando de um banco para outro a forma e a dimensão dos negócios.

2.2 Formas de Decisão de Crédito

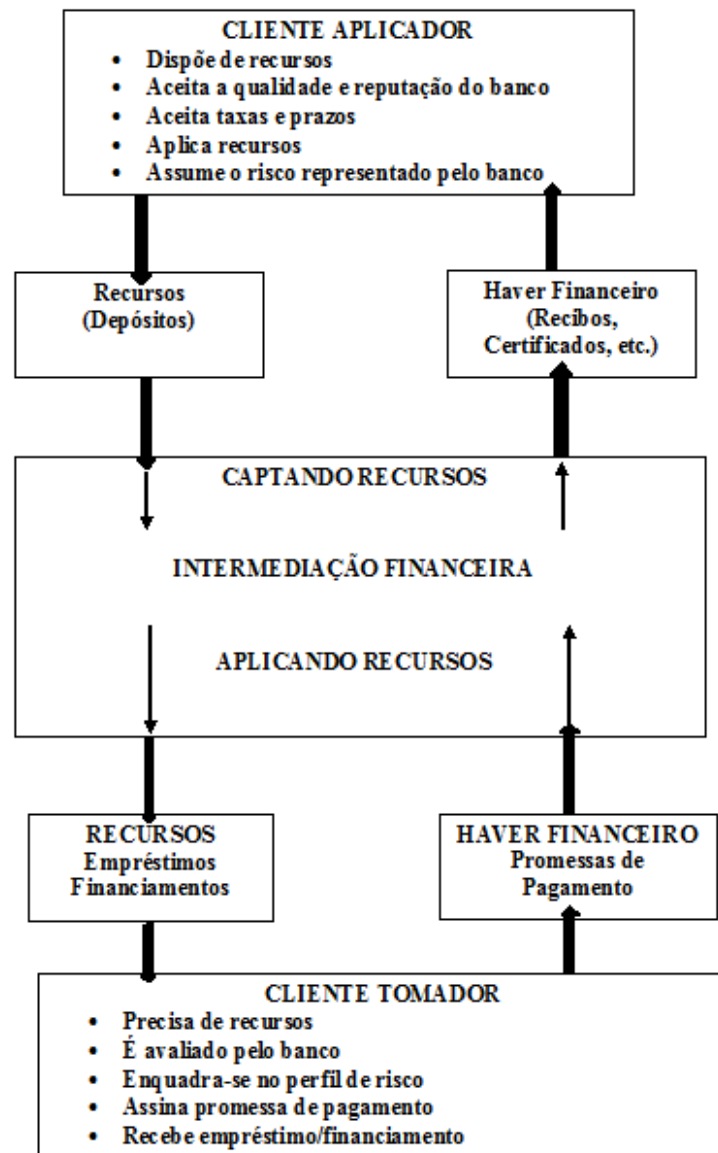
Segundo Silva (2000), a principal fonte de receita de um banco deve ser a intermediação financeira. Adicionalmente, todos os bancos precisam e devem fazer empréstimos. Isto exige que cada banco esteja estruturado para decidir com rapidez e segurança, uma vez que tais decisões envolvem o risco de que a promessa de pagamento não seja cumprida. Criar uma estrutura capaz de responder com rapidez às solicitações de empréstimos e financiamentos dos clientes é uma condição fundamental para a competitividade. A esfera de decisão é uma forma de delegação de poder, havendo várias formas de decisão, como:

- Esfera individual - é atribuída a uma pessoa decorrente do cargo que ocupa na organização;
- Esfera conjunta – ocorre quando duas ou mais pessoas assinam em conjunto. Quando cada pessoa tem uma alçada individual e à medida que forem acrescentadas mais assinaturas, aumenta o poder de aprovação de crédito;
- Esfera colegiada – Comitês de Crédito, formado pelos gerentes de agências bancárias, a forma de decisão pode ser por unanimidade, por maioria simples ou por outro critério definido na Política de Crédito.

2.3 A Intermediação Financeira

Segundo Silva (2000), a intermediação financeira consiste basicamente no fato de um banco receber depósitos de vários clientes e utilizar os recursos desses depósitos para efetuar empréstimos para outros clientes (Figura 2). Quando o consumidor efetua um depósito, o banco normalmente não analisa de forma criteriosa suas qualidades (cadastro) como cliente, pois, é cliente que está assumindo o risco ao depositar seu dinheiro naquele banco. Entretanto, ao efetuar um empréstimo a um cliente, há a preocupação do banco em avaliar a capacidade de pagamento desse cliente, pois o recebimento daquele empréstimo é fundamental para manter a solidez e a reputação, de modo a garantir aos seus depositantes e aplicadores a segurança de recebimento do prêmio relativo aos seus depósitos e suas aplicações, ou seja, o rendimento.

Figura 2 - Ciclo da Intermediação Financeira



Fonte: SILVA, 2000, P.65.

2.4 Perfil dos Clientes

Geralmente se pensa no consumidor como uma pessoa que identifica uma necessidade ou desejo, faz uma compra e, então, dispõe do produto. Entretanto, em muitos casos, diferentes pessoas podem estar envolvidas no processo de compra. O comprador e o usuário do produto, por exemplo, podem não ser a mesma pessoa.

No entendimento de Mowen e Minor (2003), o comportamento do consumidor é definido como o estudo das unidades compradoras, ou seja, os consumidores, e dos processos de troca envolvidos na aquisição, consumo e na disposição de mercadorias, serviços, experiências e conceitos. Neste sentido a compreensão do comportamento do consumidor

demonstra-o como um processo contínuo e não mais apenas o processo realizado no momento da troca de pagamento por bens ou serviços.

2.4.1 Categorias Econômicas no Brasil

As categorias econômicas, no Brasil, são medidas pelo Critério de Classificação Econômica do Brasil (CCEB), passando a haver no país uma unidade em torno desse sistema no que se refere à classificação dos consumidores em categorias econômicas.

O CCEB tem como função estimar o potencial de compra das famílias e segmentar o mercado em classes sociais. Este critério foi atualizado em janeiro de 2016 e tem como parâmetros a atribuição de pontos a quantidade de determinados itens que o indivíduo possui - considerando dez itens. As classes sociais, neste critério ficam assim subdivididas: A1, A2, B1, B2, C, D.

De acordo com o sistema CCEB, classificam-se as pessoas profissionalmente, segundo sua classe social. Assim, os profissionais mais comuns nas classes tipo A são os banqueiros, empresários, políticos (com cargos representativos), grandes agricultores, diretores de empresas nacionais e multinacionais, pessoas ligadas à arte e à cultura (de fama internacionalmente reconhecida) e, mais recentemente, técnicos científicos ligados à área tecnológica e de telecomunicações. Os profissionais da classe B são os escriturários de grandes empresas, bancários, médicos, profissionais liberais e autônomos. Os profissionais da classe C são os viajantes, trabalhadores do transporte e comunicação, trabalhadores de processos de produção, professores, enfermeiros, profissionais com cursos de especialização (mecânica, elétrica, corte e costura, etc). Os profissionais da classe D são os trabalhadores da construção civil, as empregadas domésticas, os trabalhadores rurais e o trabalhador autônomo de pequeno porte (costureira, faxineira, encanador), que fazem parte do trabalho informal.

Este critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. Ao trazer esses conceitos e definições de consumidor para a área de produtos e serviços financeiros, passa-se a encarar o cliente de produtos financeiros como investidor. A principal diferença entre o consumidor e o investidor, é o fato de toda aquisição do cliente investidor estar atrelada a um risco e conseqüentemente a um prêmio. Essa avaliação torna-se necessária para uma abordagem mais eficaz quanto aos tipos de produtos que serão oferecidos a cada

grupo. Com base nessa diferenciação, vamos apresentar como avaliar o cliente sob a ótica de um possível investidor.

2.5 Avaliação de Crédito

Em toda análise de crédito é imprescindível citar os “C’s” do crédito: caráter, capacidade, colateral, capital e condições, que são primordiais para qualquer processo de avaliação e concessão de crédito. Algumas biografias citam novas categorias de crédito (por exemplo: conglomerado, controle e concorrência), que são apenas vertentes das dimensões já elencadas.

Numa avaliação de crédito, os “C’s” do crédito nos fornecem um panorama complexo desse processo. Tal complexidade, normalmente indica algum grau de subjetividade relativo à decisão propriamente dita. A subjetividade da decisão aumenta em decorrência do grau de qualidade e origem das informações, cuja ponderação numa base objetiva, torna-se extremamente difícil.

Para Reed e Gill (1995), são inúmeros os riscos encontrados na área de empréstimos que levam ao não pagamento das obrigações. As oscilações do ciclo comercial afetam o lucro esperado por muitos daqueles que adquiriram empréstimos e influenciam o otimismo e pessimismo dos investidores e também dos consumidores. Alguns riscos surgem de fatores pessoais que são difíceis de explicar. No momento de determinar se um empréstimo deve ou não ser concedido, as pessoas encarregadas precisam medir o risco de não pagamento, estimado por meio de um processo chamado: avaliação de crédito.

A finalidade de avaliação de crédito é determinar a capacidade e disposição de um tomador pagar um empréstimo solicitado de acordo com os termos do contrato assinado. O banco precisa determinar o grau de risco que ele está disposto a assumir em cada caso e o valor do crédito que pode ser prudentemente concedido, em vista dos riscos envolvidos. Os fatores que afetam a capacidade de um tomador pagar um empréstimo são muito difíceis de avaliar, mas precisam ser tratados o mais próximo da realidade possível na preparação das projeções financeiras. Os empréstimos não devem basear-se inteiramente na história e reputação dos tomadores, eles são contraídos hoje, mas serão pagos no futuro.

Ainda segundo Reed e Gill (1995), o trabalho de avaliação de crédito é basicamente o mesmo em todos os bancos, mas certas funções podem ser mais enfatizadas em alguns bancos do que em outros. Em geral, elas incluem a coleta de informações, que terão influência na avaliação do crédito, a preparação e análise das informações coletadas e a reunião e

armazenamento das informações para uso futuro. Segundo Silva (2000), por meio do crédito, as empresas podem suprir suas necessidades de capital de giro ou de investimentos permanentes.

A intermediação financeira é, em essência, a principal atividade de um banco. Sendo assim, emprestar dinheiro e financiar a aquisição de bens deve ser sua principal fonte de renda. Buscar alternativas de negócios como áreas de crédito com postura pró-ativa, avaliando empresas, conhecendo suas necessidades de recursos, pode dar aos bancos condições de saírem na frente com vantagem competitiva. Em um banco, o crédito é o elemento tradicional na relação cliente-banco, isto é, é o próprio negócio. Na empresa comercial ou industrial, por exemplo, é possível vender a vista ou a prazo. Já no banco, não há como fazer um empréstimo a vista. A principal fonte de receita de um banco deve ser proveniente de sua atividade de intermediação.

Conforme Gitman (2002), na orientação para análises sobre a capacidade creditícia de um cliente, são utilizadas cinco dimensões, caráter, capacidade, colateral, capital e condições, os chamados 5 C's – assim descritos:

1 – Caráter – pode-se definir caráter, em relação ao crédito, a intenção de pagamento da operação de crédito contratada.

2 – Capacidade – é o potencial do cliente para quitar o crédito tomado, a condição ou habilidade apresentada pelo tomador, para honrar seus compromissos.

3 – Colateral – são as garantias da operação, um bem ou direito dado em garantia do pagamento do crédito concedido, caso o tomador não gere receita suficiente para cumprir suas obrigações. Embora as garantias reduzam o risco, os bancos preferem que os empréstimos sejam liquidados com a renda do tomador.

4 – Capital – a solidez financeira do solicitante, indicada pelo patrimônio líquido e lucro da empresa.

5 – Condições – são as condições econômicas e empresariais vigentes, diversas ações interferem em seu destino, inclusive circunstâncias particulares que podem afetar as partes envolvidas na negociação.

Geralmente os analistas de crédito e/ou comitês dão mais importância aos dois primeiros C's – caráter e capacidade- por representarem os requisitos fundamentais para a concessão de crédito. Os demais C's – colateral, capital e condições- são importantes para a definição do acordo do crédito e da tomada de decisão, principalmente se tratando de valores mais altos.

Ainda segundo Gitman (2002), não deve somente determinar se pode ser concedido crédito a um cliente, mas também estimar o montante máximo de crédito que ele pode receber, estabelecendo assim uma linha de crédito. Um dos fatores básicos na decisão final de crédito é o julgamento subjetivo que o analista financeiro faz da credibilidade de uma empresa. Com sua experiência deve perceber também os aspectos qualitativos destas operações.

2.5.1 Conceito de Risco

Para Securato (1996), todos os dias trabalha-se com o risco em suas mais variadas formas. Existe uma grande dificuldade em estabelecermos a aversão ao risco. Situações que podem parecer de alto risco para uma pessoa poderão ser consideradas de risco aceitável para outras. Esta variedade de posturas em relação ao risco é que permite, muitas vezes, a ocorrência de negócios. As diferentes perspectivas, geradas por diferentes conjuntos de informações, é que estabelecerão o nível de risco de um evento.

O risco é definido como uma probabilidade parecer bastante razoável, para nos permitir definir o risco, ou seja, o grau de incerteza ou a possibilidade de perda, como a probabilidade de ocorrência do evento gerador da perda ou da incerteza. O fato de não se ter elementos para usar probabilidades, ou o fato de o analista não desejar utilizá-las, nos levará a uma condição limite que será a incerteza em sua plenitude.

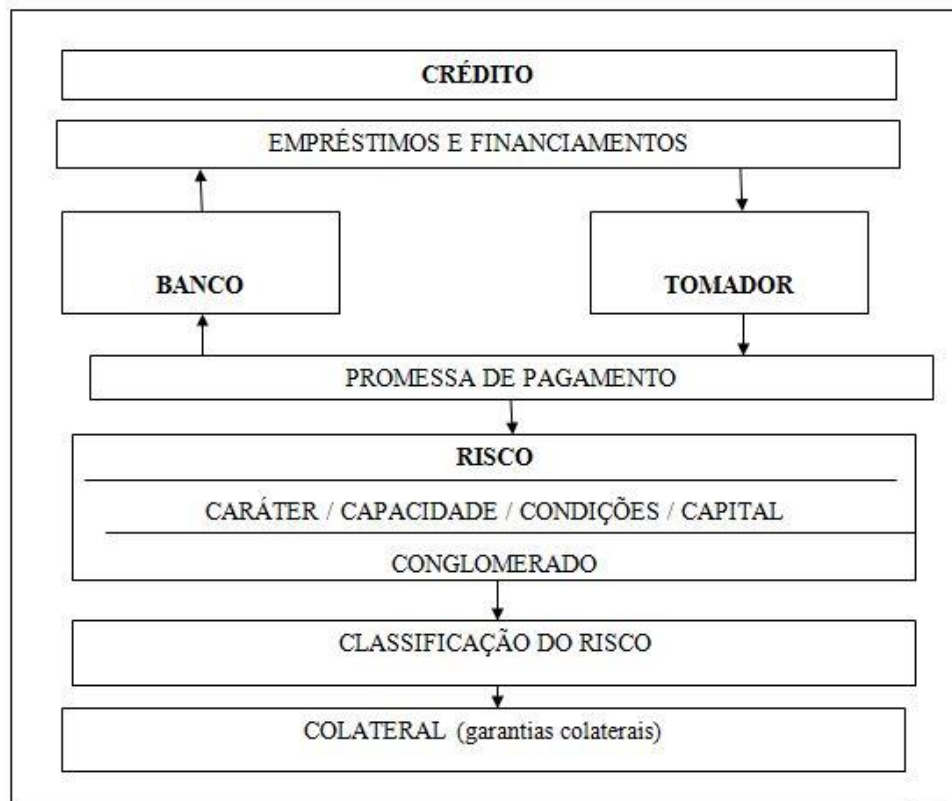
Ainda segundo Securato (1996), sabe-se que o processo decisório tem como principal finalidade chegar a um objetivo prefixado. Observem os eventos que podem ocorrer quando nos propomos a atingir objetivos específicos e admitindo que sejam de dois tipos:

- SUCESSOS: são eventos que permitem o êxito dos objetivos;
- FRACASSOS: são os eventos que não possibilitam a conclusão dos objetivos.

Admitindo que sucessos e fracassos constituem uma partição do conjunto dos possíveis resultados que podem ocorrer, quando na tentativa de realização dos objetivos pré fixados, então conceitua-se risco como a probabilidade de ocorrerem os fracassos.

Segundo Silva (2000), o risco é inerente ao tomador e decorre de suas características. Portanto, a não realização da promessa de pagamento pelo devedor pode decorrer de um conjunto de fatores associados ao próprio devedor, conforme Figura 3.

Figura 3 – Representação do Crédito Associado ao Risco



Fonte: SILVA, 2000, p.78.

O crédito consiste no fato do banco colocar à disposição do tomador determinado valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento. Isso implica no risco de que a promessa não seja cumprida, as quais poderão fornecer a base para a classificação do risco. Esta classificação possibilitará melhor a decisão na avaliação do risco do empréstimo ou financiamento e também deve levar a uma adequada escolha das garantias.

Segundo Reed e Gill (1995), muitos bancos concordam que as garantias oferecidas geralmente são o fator que menos importa. As garantias são aceitas na maioria das vezes para fortalecer um ponto vulnerável encontram em um ou mais fatores de crédito, como a capacidade de criar receita.

Cada tomador em potencial é único. Um fator de crédito pode ser de extrema importância em uma situação, mas não em outra. Em todo o escopo da avaliação de crédito, porém, o caráter surge como o fator mais importante. Se um tomador tem caráter duvidoso, são altas as possibilidades de que em um momento ou outro ele deixe de cumprir os termos de um contrato de empréstimo.

3. BANCOS COMUNITÁRIOS

3.1 Economia Popular Solidária

Antes de se iniciar uma explanação mais aprofundada sobre Economia Solidária, existe a necessidade de se conceituar primeiramente o termo economia. A visão da economia como sinônimo de mercado encontra-se justificada ao considerarmos uma definição um pouco mais formal, dessa forma a economia pode ser entendida como *“toda forma de alocação de recursos raros para fins lucrativos”* (Caillé 2003, p. 220). De modo mais sucinto, conforme escreveu Caillé (2003, p.220), essa definição compreende por economia *“todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional”*.

Pode-se então, caracterizar economia, de uma forma mais clara e de fácil entendimento, como toda e qualquer forma de distribuição e remanejamento de recursos raros para obtenção de algum benefício, seja ele um retorno monetário ou não.

Como a maneira de agir e pensar do ser humano varia de geração para geração, bem como, de cultura para cultura, deve-se considerar a existência de várias formas de se colocar em prática a economia. Estes diferentes princípios históricos do comportamento econômico podem resumir-se a três formas de economia. Assim, a economia, entendida como toda forma de produzir e distribuir riqueza admite:

- a) Uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado de troca, com base na equivalência monetária dos bens;
- b) Uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição, com a intervenção de uma figura superior (o Estado);
- c) Uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade.

Existem diversos autores que se dedicam à conceituação da economia solidária, a qual pode-se alocar como uma vertente da economia não monetária, sendo que os principais são Paul Singer e Euclides Mance. Singer (2000) propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego, como pode-se ver nas palavras do autor:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em

vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...

Fonte: SINGER, 2000, p.138.

Já de acordo com Mance, o conceito vai além e agrega a noção não apenas de geração de mais oportunidades de trabalho, mas sim uma colaboração solidária que visa a construção de sociedades com base no bem comum em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas (MANCE, 1999, p178):

(...) ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade (...)

Vislumbra-se então, que um de seus princípios é a solidariedade, porém, com um diferencial, proporcionar a todos os envolvidos nessas ações a chance de gerar benefícios para si e para a comunidade, e de estar presente no momento de gerir e de distribuição da riqueza produzida.

3.1.1 Conceito de Economia Popular Solidária

A economia popular caracteriza-se por um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) por grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e periferias das grandes cidades. Tais grupos se estruturam de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade, desenvolvidas em seu cotidiano e nos próprios laços comunitários, os fundamentos para tais práticas.

Esta economia popular permite a geração de trabalho para aqueles que estão às margens dos modelos formais da economia, constituídos principalmente pelas classes mais altas da sociedade, pelo Estado e pelo mercado. Entretanto, os níveis de renda que se obtém são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos implicados em tais projetos. O desafio da economia popular consiste, então, em ultrapassar o plano da "reprodução simples" das condições de vida. Isso ocorre quando as atividades empreendidas impactam nas próprias condições de vida das pessoas, isto é, em sua comunidade, como, por exemplo a melhoria da rede urbana. Este desafio é próprio do projeto de uma economia popular e solidária, em razão, precisamente, de certas qualidades ou características desta economia popular.

Tais qualidades compreendem um conjunto de aspectos que são absolutamente indissociáveis uns dos outros. O primeiro deles nos leva à questão da participação ou

engajamento das pessoas nos projetos solidários, o que remete ao grau de mobilização popular inerente a tais projetos. O segundo diz respeito ao modo de organização do trabalho nesses projetos, essencialmente baseado na solidariedade. Este registro da solidariedade vem acompanhado de uma série de outros princípios ou valores que servem de guia para a condução das práticas solidárias, como a cooperação e a gestão democrática dos projetos.

Neste sentido de afirmação da solidariedade no interior da elaboração das práticas econômicas, a economia popular representa uma espécie de prolongamento das amizades que são tecidas no interior das comunidades. Algumas dessas manifestações são bastante visíveis nos meios populares, como podemos evidenciar pela prática do banco comunitário.

Os chamados bancos comunitários, surgem pela necessidade dos moradores de terem acesso a microcrédito, mas não tem o perfil exigido pelos burocráticos bancos convencionais, dessa forma, essas pessoas se unem para garantir o acesso dos demais a alguma forma de crédito que possa ser proporcionada a essa parcela da população.

A economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, são voltadas para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido. Além disso, a Economia Popular tem uma finalidade que engloba todas as dimensões da vivência humana, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se propagam no espaço comum, no qual estão inseridas, tendo como objetivo a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Considerando esses conceitos, a economia solidária deve ter as seguintes características:

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestoras ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos

empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.

- c. Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos de todos os envolvidos.

3.1.2 Origem da Economia Popular Solidária

Pode-se dizer que a economia social se origina na Primeira Revolução Industrial, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao século XIX, surgem na Grã-Bretanha as primeiras Uniões de Ofícios (Trade Unions) e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844) o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha pela Europa primeiro e depois pelos demais continentes.

Porém, afirma-se que práticas econômicas fundadas em princípios de solidariedade existiram em todos os continentes – antecedentes a Revolução Industrial. Práticas solidárias milenares no âmbito econômico foram reconhecidas e têm sido estudadas na concepção das diferentes culturas como elementos fundamentais da agregação, coexistência e harmonia entre diferentes comunidades humanas. Portanto, identificar a economia solidária apenas com a vertente do movimento operário europeu seria um equívoco - pois sua história pode ser recontada, por exemplo, a partir das tradições da América pré-colombiana, ou dos povos africanos ou asiáticos, tanto quanto dos povos europeus.

3.1.3 Surgimento no Brasil

O movimento de economia solidária tem crescido de maneira muito rápida. O seu crescimento no contexto brasileiro se deve a fatores variados, dentre os quais vale destacar a resistência apresentada pelos trabalhadores brasileiros à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção em massa. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na criação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes etc., normalmente de caráter individual ou familiar. (Singer, 2000)

Com a articulação de diversas pessoas, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução de uma vida saudável, mas que ultrapassam seu conceito original, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a igualdade e solidariedade e não mais no lucro e nem no acúmulo exagerado de riquezas.

3.1.4 Características do Consumidor de Baixa Renda

Um estudo denominado ‘O Poder da Classe D’ realizado em 1996 pela agência de publicidade Almap/BBDO (...) e o Datafolha, instituto brasileiro de pesquisas e estatísticas, descreve que o Plano Real não trouxe só estabilidade da moeda. Trouxe à tona milhões de novos consumidores em potencial: os brasileiros da Classe D. Mas para atingir esses consumidores é preciso antes entendê-los. De acordo com GODOY e NARDI (2006), o seminário Varejo de Baixa Renda, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, em 2005, expôs que muitos consumidores de baixa renda tiveram acesso ao mercado de consumo após as mudanças econômicas ocorridas com o advento do Plano Real.

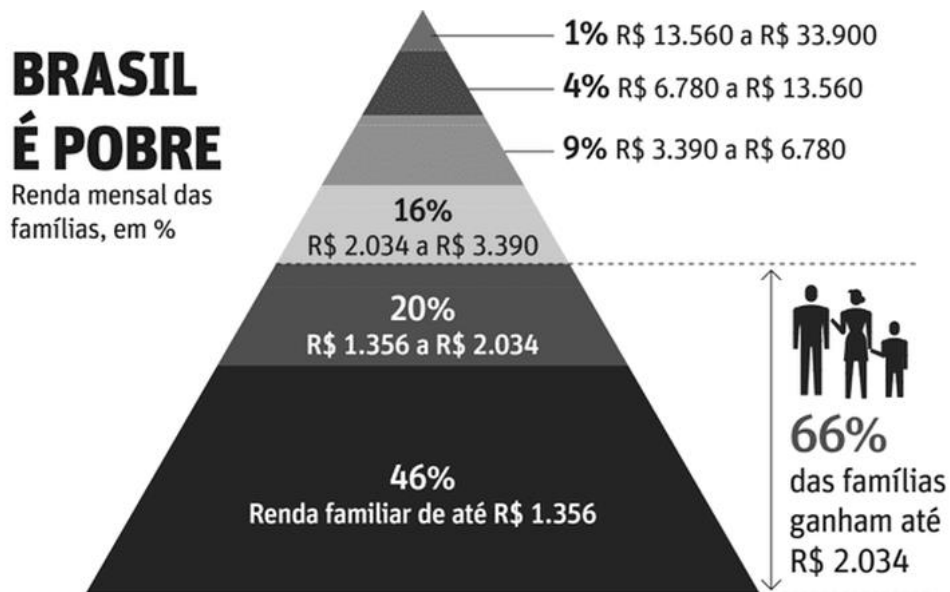
Pode-se notar, a partir desse momento que esses consumidores passaram a ter acesso a itens antes inatingíveis, aumentaram a frequência de compra de outros itens, e ao mesmo tempo, tornaram-se mais exigentes em relação aos bens de consumo (GODOY; NARDI, 2006). Embora a autoestima dessas pessoas tenha aumentado com esse ganho de posição na sociedade e venha dando passos consideráveis na siara do consumo, conforme aponta GODOY; NARDI (2006, p.66), necessitam muito de informações no momento da aquisição desses produtos e serviços financeiros, querem ser tratados com educação, respeito e honestidades, são pessoas simples. Além disso, confiam muito na pessoa do vendedor, na sua reputação.

GODOY; NARDI (2006, p.66) diz “(...) o público de baixa renda é um grupo com valores conservadores como família, honra e justiça. São pessoas que valorizam muito o contrato pessoal e o posicionamento correto de qualquer instituição irá fidelizá-lo”. O que nos faz analisar a necessidade do sistema de crédito vigente de tratar tal público com uma visão de empreendedorismo, vendo nestas classes uma nova fatia do mercado e não como uma parcela da população sem chances de se tornar um consumidor adequado aos padrões exigidos. A maior participação da mulher no mercado de trabalho também tem implicado no processo de tomada de decisões de consumo, já que ela tem dividido esse papel com o homem, que antes decidia o que consumir isoladamente (TORRES et al., 2006).

A compra de algo que não poderia consumir em tempos recessivos e a compra com maior frequência em períodos de liquidações e promoções são comportamentos típicos do consumidor de baixa renda, principalmente quando há alguma sobra de caixa (GODOY; NARDI, 2006, p. 66). O que o consumidor valoriza, além do preço baixo, é oferta de benefícios com uma maior flexibilidade de crédito, que é o resultado de uma maior proximidade do vendedor, seja ela de que área for, com o comprador, o ambiente, o atendimento, a cordialidade, a localização e acesso e a comunicação (PARENTE; BARKI, 2006, p. 40 – 43). Duas características do consumidor das camadas populares relacionadas ao ambiente são gosto pela fartura e a preocupação com a dignidade, conforme indica PARENTE; BARKI (2006, p. 41). A primeira é refletida dentro dos lares, onde se há uma abundância de alimentos para receber amigos em casa, por exemplo. A segunda indica que ele não quer ser confundido com um “marginal” ou com uma pessoa desonesta, nem ser tratado com indiferença e preconceito.

O atendimento, traduzido face a face e na construção de redes de relacionamento, torna-se uma das características mais relevantes para entender a população de baixa renda. Segundo PARENTE; BARKI (2006, p. 42), “É importante que, no contato com o público, a instituição demonstre a preocupação real com a situação e as necessidades do consumidor”. Apresentando tal tratamento a essa parcela da população, que não atende aos parâmetros de análise de crédito utilizado pelas instituições financeiras convencionais, acarretará na fidelização de uma parte significativa da população brasileira, visto que o público “C” e “D” representam 66% do mercado consumidor brasileiro (Figura 4).

Figura 4 - Representação da renda familiar brasileira



Fonte: Datafolha, nov.2013.

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

A definição anterior, formulada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado entre 18 e 21 de abril de 2007 em Iparana (CE), onde procurou-se delinear um tipo de iniciativa que ganha cada vez mais espaço na economia nacional. O tema tem sido de grande relevância desde o segundo semestre de 2008, o mundo presenciou uma crise originada no sistema financeiro internacional, que consumiu significativos recursos dos cofres públicos para sua superação, salvando-se assim bancos importantes até então reconhecidos pela sua grandeza e eficiência.

Segundo *o Institute for Policy Studies*, mais de US\$ 4 trilhões foram destinados a bancos e seguradoras, montantes equivalentes a quatro vezes o dinheiro gasto para combater a pobreza e as mudanças climáticas no mundo. O objetivo do banco comunitário é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus

diversos âmbitos, tais como: empreendimentos socio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), e organizações de consumidores.

Estes também podem ser descritos como Bancos Comunitários de Desenvolvimento, oferecem serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

Suas principais características são:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em sua estratégia de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

3.2 Surgimento do Banco Comunitário no Brasil

Para que fosse possível explicar com mais domínio sobre a implantação desse tipo de organização no Brasil, vamos contextualizar seu surgimento. A origem do Conjunto Palmeira remonta à década de 1970. Devido às iniciativas de remodelação da beira mar de Fortaleza decretadas pelo governo municipal, as comunidades de pescadores e outros habitantes foram forçadas a se mudar para o interior. O distrito do interior, hoje conhecido como Conjunto Palmeira, era desprovido de infra-estrutura básica como água, estradas, e eletricidade, deixando o bairro vulnerável a inundações e outros problemas de estabilidade sócio econômicos. Além disso, a mudar para o interior deixou a comunidade principalmente de pescadores sem uma fonte estável de renda. Em 1981, os moradores se uniram para melhorar

a comunidade, criando assim Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP.

Em janeiro de 1998, ASMOCONP criou o Banco Palmas como uma estratégia para enfrentar o desemprego, criando trabalho e oportunidades de renda para os moradores. Como tal, o Banco Palmas foi criado como uma ferramenta popular de financiamento sob os princípios e valores da economia solidária. Em 2000, o Banco Palmas criou a moeda social “palmas” que circula no comércio local. Em março de 2003, ASMOCONP estabeleceu o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômico Solidário, conhecido como Instituto Palmas, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos surgida a partir da experiência da ASMOCONP.

Em 2003, a metodologia de finanças solidárias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) estava sendo discutida em vários municípios como um instrumento eficaz na geração de renda para os pobres. Um ano depois, em setembro de 2004, o segundo BCD abriu sob o nome Banco Par, no município de Paracuru, no Ceará, a 70 quilômetros de Fortaleza. Em 2005, mais dois bancos foram criados no estado do Espírito Santo: Banco Bem (município de Vitória) e Banco da Terra (município de Vila Velha). Até 2008, havia 34 bancos comunitários em operação. Em 2016, existiam 118 bancos comunitários em 22 estados do Brasil, (Figura 5).

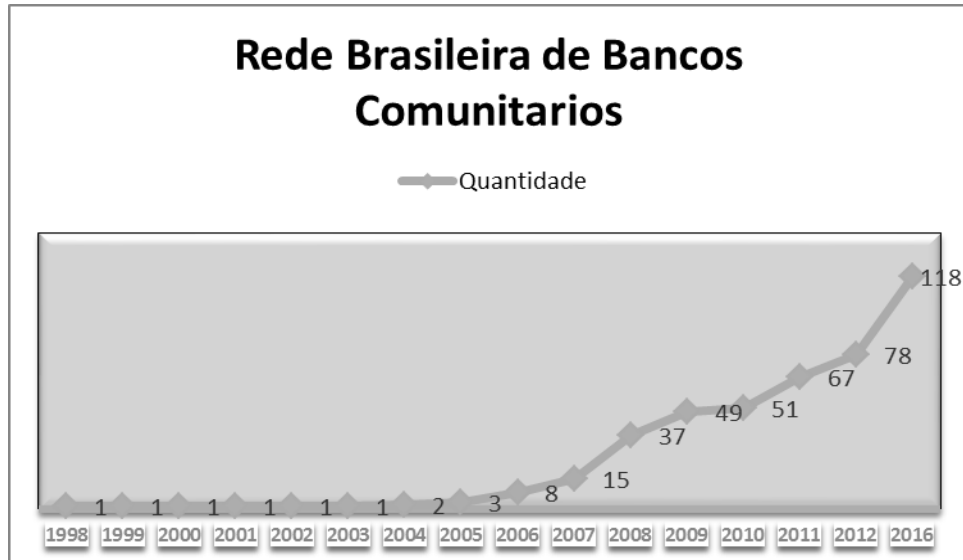
Figura 5 – Distribuição dos Bancos Comunitários no território brasileiro.



Fonte: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>, 2018.

Com base nas informações fornecidas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, elaborou-se um quadro evolutivo do crescimento dos Bancos Comunitários no Brasil, desde seu início, com o Banco Palmas em 1998, até 2016, (Figura 6).

Figura 6 – Crescimento dos Bancos Comunitários no território brasileiro.



Fonte: Autora, 2018, com base no institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios.

Em janeiro de 2006, o Banco Popular do Brasil se tornou um dos parceiros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como avalista de linhas de crédito para os BCDs, através de um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (MTE). O acordo permitiu não só o Banco Palmas, mas toda a rede de bancos comunitários para ter acesso ao crédito e para atuar como correspondentes bancários do Banco Popular do Brasil. Durante esse mesmo ano, a Petrobras decidiu apoiar a criação de novos BCDs em dois outros municípios, somando a um total de doze BCDs funcionando no Brasil até o final de 2006.

Recentemente, os bancos Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) tornaram-se as principais parcerias do Banco Palmas. A CEF oferece serviços de correspondente bancário e de crédito limitado, e BNDES oferece crédito e apoio desenvolvimento institucional a partir de 2011. Zurich Brasil, empresa de seguros, também tem tomado um papel importante no desenvolvimento da nova linha de produtos do Banco Palmas, começando com seguro de vida (lançado em setembro de 2010) e se expandindo para outros programas nos próximos anos. A partir de 2008, o Programa Nacional de Bancos Comunitários, lançado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, tornou-se responsável pelo crescimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

O Quadro 1 apresenta a distribuição dos Bancos Comunitários por região brasileira e estados.

Quadro 1 - Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS		
Região	Estado	Quant
Norte	Pará	12
	Acre	2
	Amapá	2
	Roraima	1
	Amazonas	9
Nordeste	Bahia	9
	Sergipe	1
	Paraíba	2
	Rio Grande do Norte	1
	Piauí	2
	Maranhão	1
	Ceará	37
Centro Oeste	Distrito Federal	3
	Goiás	1
	Mato Grosso do Sul	3
	Mato Grosso	3
Sudeste	Espírito Santo	10
	São Paulo	7
	Rio de Janeiro	6
	Minas Gerais	3

Fonte: Autora, 2018, com base no institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios.

Considerando seu início modesto em 1998, a filosofia praticada pelos Bancos Comunitários vem ampliando sua rede de atuação pelo país, observando-se sua presença mais significativa nos estados do nordeste brasileiro.

3.3 Desenvolvimento dos Bancos Comunitários

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta. Sua manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da

constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços. A política adotada pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, suas ações, realizações e história, indicam que não existe nenhum território inerentemente pobre (seja uma região, bairro, nem município), territórios só caracterizam-se como pobres, depois de perder múltiplas vezes a própria poupança. Apesar do nível de pobreza de um território, este será capaz de alcançar o desenvolvimento econômico. Todavia, esse desenvolvimento deve ser autônomo, interno, ou não será sustentável. Para que o mesmo ocorra, faz-se necessário o engajamento da comunidade que será a base para alavancar a economia local.

3.4 Público Alvo dos Bancos Comunitários

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc. Atuam em territórios com até 50.000 habitantes, possibilitando que a metodologia funcione adequadamente. É possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento no mesmo território.

3.5 Produtos e Ações de um Banco Comunitário

Elenca-se então, os principais produtos e ações oferecidos pelos Bancos Comunitários, de acordo com o Termo de Referência que devem seguir, o qual é disponibilizado pelo Instituto Palmas. Estes são: Moeda social circulante local, Microcrédito, Correspondente Bancário, Poupança, Educação e Rede local de Prosumadores (disseminadores).

a) Moeda Social

Moeda social local em circulação, também chamada de "moeda local" ou "moeda social", é uma moeda complementar ao real do Brasil e criada por cada banco comunitário. Os bancos oferecem empréstimos em quantidades pequenas em reais e também na moeda local, que circula somente dentro do bairro. A moeda social do Banco Palmas é a "palma" por exemplo, cada comunidade tem as próprias moedas com os próprios nomes. Uma unidade de moeda local é igual a um real, e ambas as moedas podem ser trocadas livremente a qualquer

hora. Incentivos locais para comerciantes e consumidores existem para usar a moeda local (por exemplo, a oferta dos descontos aos usuários).

A moeda social estimular o "dinheiro" a circular na comunidade, ampliando o poder do comércio local, aumentando a riqueza da comunidade, e gerando emprego e renda no total. A moeda social, portanto, torna-se um componente essencial nas estratégias dos bancos comunitários. Os créditos podem ajudar no crescimento econômico do distrito ou região através da criação da nova riqueza. As moedas locais estimulam o desenvolvimento, promovendo que a riqueza circule na própria comunidade.

b) Microcrédito

Microcréditos são concedidos a indivíduos que não acessam fontes de financiamento oficiais por causa da burocracia: requisitos de fiador, nível de renda, e bens; e outros regulamentos bancários. Sendo assim, o Banco Comunitário oferece as seguintes modalidades de microcrédito para a população: Crédito para Produção, Comércio, ou Serviço, Crédito para Inclusão Produtiva, Casa Produtiva, Crédito para consumo local e Microseguro.

✓ Crédito para Produção, Comércio, ou Serviço, utilizado Para ampliação ou criação de micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Baseado no aval de vizinhança e no acompanhamento do Agente Comunitário de Crédito necessita da aprovação de um comitê que avalia e aprova os créditos. Valor máximo de R\$ 15.000,00, em até 12 parcelas. Os juros variam de 0,5% a 3,5% a.m., definido menores taxas de juros para os menores valores. Em março de 2011, o Banco Palmas tinha uma média de 50 contratos por mês.

✓ Crédito para Inclusão Produtiva, crédito rápido, de contratação imediata, possibilitando ao tomador aproveitar as oportunidades de mercado que surgem no dia-a-dia. Destinado a: Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (valor máximo de R\$ 150,00), revendedores de produtos de beleza (até R\$ 400,00), e sacoleiras (até 200,00). Pagamento em até 4 parcelas. Juros de 1,5% a 2,5% a.m. Os tomadores de crédito têm que apresentar comprovação do ofício e justificar a finalidade do crédito. Em março de 2011, o Banco Palmas tinha uma média de 160 contratos por mês.

✓ Casa Produtiva, crédito rápido, de contratação imediata destinada à reforma de moradia, com objetivo de criar ou melhorar uma iniciativa de geração de renda. Valor máximo de R\$ 450, em até 6 parcelas. Juros de 2,5% a.m.

✓ Crédito para Consumo Local, realizado em moeda social palmas com circulação interna no bairro. Máximo de R\$ 600,00, pagos em até 4 parcelas. O comércio local oferece descontos para quem compra com a moeda palmas. Em março de 2011, 240 empreendimentos do bairro aceitavam a moeda social e ofereciam um desconto médio de 5% para quem compra com a moeda social. A palma é indexada ao real, lastreado na moeda oficial e permite o câmbio entre as duas moedas. Em março de 2011, 42.000 palmas circulavam no comércio do bairro.

✓ Microseguro, seguro de vida destinado à população de baixa renda. O valor do prêmio é de R\$ 35,00 ao ano. Cobertura: auxílio funeral (R\$ 1.000,00); indenização por morte natural ou acidental (R\$ 3.000,00); sorteio mensal pela Loteria Federal (R\$ 5.000,00). Quem compra mais de 3 certificados pode parcelar em até 6 vezes. Este seguro de vida também serve como um seguro para o empreendimento, pois em caso de falecimento do empreendedor, a família recebe uma indenização de R\$ 3.000,00. Esse pode ser um fator decisivo para o pequeno empreendimento não “quebrar” com os gastos naturais decorrentes de um óbito na família.

c) Correspondente bancário

Os BCD's devem ter uma forte atuação como correspondente bancário possibilitando a comunidade realizar, no próprio bairro, pagamentos e recebimentos (como bolsa família, aposentadoria, e outros), abrir conta corrente, poupança, e outros serviços bancários. Em março de 2011, o Banco Palmas executava uma média de 17.000 transações por mês.

d) Poupança

É uma experiência bem recente do Banco Palmas. A prática da poupança está muito ligada à educação financeira e ao consumo consciente. Aprender a poupar de forma coletiva é um passo decisivo para se organizar um sistema local de finanças solidárias. Temos que ficar atentos para a legislação brasileira que não permite aos bancos comunitários a prática da poupança, devendo, para isso, buscar a intermediação de um banco.

e) Educação

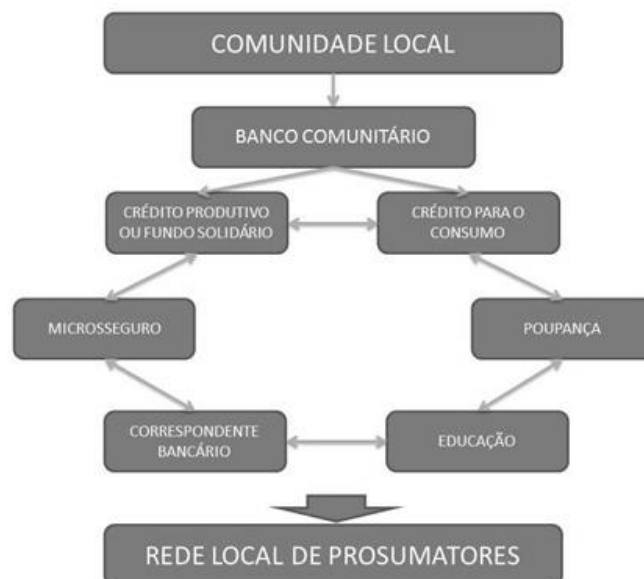
São várias as modalidades pedagógicas de um Banco Comunitário: cursos de capacitação, oficinas, formação de longo prazo, sessões de trabalho, reuniões formativas e outras. Fundamental é entender que o processo educativo é parte integrante de um Banco Comunitário e deve ser realizado para vários segmentos: para os trabalhadores e voluntários do banco, para os gestores do banco, para os empreendimentos locais, para os parceiros, para a própria comunidade envolvida de forma geral. Deve-se estabelecer um sistema de capacitação/formação progressiva e contínua.

f) Rede Local de Prosumadores

O Banco Comunitário trabalha na perspectiva de formar no território uma grande rede de prosumadores, isto é, cada morador possa ser simultaneamente produtor, consumidor e ator social de transformação. Esses prosumadores devem articular-se em rede, comprando e vendendo um para o outro, criando várias conexões econômicas (compras coletivas, feiras, cooperativas e outros), além de organizar lutas sociais por direitos e políticas públicas. A criação da rede é uma meta a ser construída no dia a dia e conquistada a médio e longo prazo.

A Figura 7 apresenta de maneira concisa as ações realizadas pelos Bancos Comunitários.

Figura 7 – Fluxograma das ações oferecidas pelos Bancos Comunitários



3.6 A concessão de crédito no Banco Comunitário

A concessão de crédito no Banco Comunitário está voltada a atender as necessidades de microcréditos para produção, comércio ou serviço, bem como para o consumo. Há ainda microcrédito para mulheres em situação de risco, linhas de crédito para pequenas reformas de moradia e para projetos de agricultura urbana. A metodologia adaptada à situação de vulnerabilidade da população de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional, consiste no emprego de alguns procedimentos específicos. Esse processo é dividido da seguinte forma: preenchimento da ficha cadastral, coleta de referências junto à comunidade sobre o requerente, análise dos dados coletados pelo comitê gestor, assinatura de um termo de acordo entre o banco e o tomador e por fim, liberação do valor solicitado. Logo em seguida, estaremos apresentando a dinâmica citada.

O primeiro procedimento refere-se à exigência de que o solicitante seja morador do bairro, sócio da associação de moradores, e participe de pelo menos três assembleias mensais antes da solicitação do crédito (MELONETO; MAGALHÃES, 2003). Este processo é realizado com vistas a trazer à consciência do tomador do crédito sua escolha em fazer parte de uma rede de cooperação. Nas assembleias ocorre a sensibilização sobre economia solidária, bem como sobre “o projeto socioeconômico do Banco Comunitário, em que é a comunidade que controla a economia e não a economia que controla a comunidade” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p.107).

A próxima fase é o preenchimento de um formulário com dados pessoais, valor do empréstimo e destino de sua aplicação. Não são solicitados quaisquer documentos de identificação formal (CPF, RG, Carteira de Trabalho, etc) ou comprovação de renda. Nem é realizada nenhuma consulta aos serviços de restrição cadastral (SERASA, CADIM, SPC, etc). Também não são exigidos fiador, nem quaisquer garantias reais que deem segurança à concedente de que o montante emprestado irá retornar (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006). No juízo de Melo Neto e Magalhães (2003, p. 36), o “Banco Comunitário é um banco que trabalha diretamente com os excluídos. Os créditos concedidos pelo banco popular são considerados de alto risco porque são direcionados a pessoas muito pobres, que estão fora do mercado”.

Na etapa seguinte, apenas com posse do formulário o analista de crédito encaminha-se à vizinhança do potencial tomador a fim de colher mais informações sobre a

índole e o nível de responsabilidade do mesmo. Em seguida, o analista de crédito decide em conjunto com o coordenador do Banco e o presidente da Associação de Moradores, que juntos formam o Comitê de Aprovação do Crédito, sobre a aprovação ou não do referido crédito. A assembleia dos sócios também possui poder de decisão sobre a tal concessão. Normalmente, este processo leva cerca de 48 horas, porém caso inexistam recursos disponíveis no Banco, a solicitação entra numa lista de espera (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

O último passo para efetivar a concessão do crédito, refere-se a um acordo entre o tomador e o Banco, realizado por meio de um contrato social, no qual o solicitante se compromete a exercer atividades de compra e venda na área da comunidade em questão. Na renovação do empréstimo pela terceira vez, dispensam-se os procedimentos antes exigidos e a solicitação é encaminhada diretamente ao Comitê de Aprovação do Crédito. Vale ressaltar que, o Comitê avalia o pedido de crédito sob a perspectiva econômica e social, ou seja, é analisada a viabilidade econômica do projeto e o seu potencial de operar na rede já estabelecida, bem como o interesse do solicitante em tomar parte na vida da comunidade, (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

Desde o seu surgimento, o objetivo do Banco Comunitário é de garantir acesso a microcréditos para produção e o consumo local, a juros mais baixos que nas instituições financeiras convencionais, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. A concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade.

Na apreciação de Silva Júnior, (2006, p.105):

...Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta assim a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

Conforme relatam Melo Neto e Magalhães (2003), o Banco Comunitário de Desenvolvimento pode aplicar um sistema específico de créditos evolutivos com juros evolutivos para com seus associados. Este método visa garantir a distribuição da renda, pois um associado que tem mais paga maiores juros subsidiando quem tem menos. No

quadro 2, encontram-se as taxas e os valores cobrados para os montantes máximos de créditos que se pode acessar, por exemplo, no Banco Palmas.

Quadro 2 – Sistema de crédito e juros evolutivos

Créditos	\$	Juros ao mês
1º Crédito	Até 300	2%
2º Crédito	Até 500	2,5%
3º Crédito	Até 1000	3%

Fonte: MELO NETO; MAGALHÃES, 2003.

Com relação à prática da concessão de crédito, o Banco Comunitário defronta-se com dificuldades no que se refere à insuficiência de recursos disponíveis para atender a demanda real existente na comunidade. Ao alto nível de risco de inadimplência, visto que a população tomadora vive em situação de pobreza e miséria. Deficiências na gestão financeira e contábil realizada pelas próprias pessoas da comunidade, que não possuem a capacitação devida. E ainda, em função da inexistência da formalização jurídica e de regulamentação financeira, o Banco Comunitário encontra limites de captação de recursos de fontes de financiamentos oficiais das instituições de segunda linha (BNDES, SEBRAE, BIRD, entre outros) (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

Percebe-se então que, a concessão de crédito de forma facilitada pelos Bancos Comunitários proporciona um incentivo a economia da comunidade local, porém, esbarra na reduzida fonte de recursos para esse tipo de atividade, acredita-se que tal dificuldade ocorra em virtude da subjetividade quanto a sua forma de análise de crédito. Em paralelo deve ser feito o acompanhamento e controle da inadimplência, para que esta não venha a interferir ou prejudicar de alguma forma a continuidade da instituição.

4 METODOLOGIA

Pesquisa Científica, segundo Santos (2005, p. 17) é a “atividade intelectual intencional que visa responder às necessidades humanas”. De acordo com Costa (2001, p. 4), a pesquisa consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não, no âmbito das implicações de suas aplicações nas mais diversas áreas. É a melhor maneira de abordar determinados problemas, no estado atual de nossos conhecimentos. Ou seja, é a ferramenta que traz a explicação minuciosa, rigorosa, detalhada e exata de toda a ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa.

A pesquisa científica, ao focar em suas finalidades, pode ser classificada da seguinte forma: exploratória, descritiva ou explicativa. Em relação a abordagem dos dados ela pode se apresentar por meios quantitativos ou qualitativos. Os procedimentos para obtenção dos dados podem ser: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento (survey), estudo de caso, pesquisa experimental, dentre outros.

Ao analisar o objetivo da pesquisa, pode-se definir como descritiva aquela que possui como objetivo a descrição de qualquer situação. Costa considera descritivas as pesquisas que descrevem característica de determinada situação ou fenômeno.

Pesquisas qualitativas para Guanis, (2012, p. 02) são:

[...] a pesquisa qualitativa tem como objetivo principal interpretar o fenômeno que observa, seus objetivos são: a observação, a descrição, a compreensão e o significado. Não existem hipóteses pré-concebidas; suas hipóteses são construídas após a observação (da ênfase na indução), ou seja, nela, não existe suposta certeza do método experimental. Neste sentido quem observa ou interpreta influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado. Nas ciências sociais o método qualitativo foi consolidado por pesquisas sociais e antropológicas, lembrando que existem diferentes abordagens: etnográficas, naturalista, interpretativa, observacional, dentre outras [...].

Santos (2005, p. 28) afirma que “explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar uma maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo”.

De acordo com o que foi abordado, pode-se classificar esta pesquisa como qualitativa. Segue então, uma pequena contextualização em relação aos métodos utilizados e sua ambientação neste trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para a fundamentação teórica do objeto de estudo, sendo essa fundamental em qualquer área de estudo porque é ela quem levanta os dados em questão e oferece fundamentação para o problema e conseqüentemente nos guia para encontrar uma melhor solução. A abordagem como orientação para o desenvolvimento da pesquisa será a explicativa, pois se tem a possibilidade de desenvolver um novo estudo. Esse tipo de pesquisa traz como objetivo uma maior aproximação com o problema, com intenção de deixá-lo mais visível.

De acordo com PRODANOV (2013, p. 52):

[...] Quando se fala em levantamento bibliográfico, se trata do embasamento teórico para que seja criado o problema em questão. Dentre vários aspectos, vale ressaltar que o mesmo consiste em uma pesquisa de livros, documentos, arquivos que discutam o tema investigado pelo pesquisador em seu trabalho acadêmico. Trata-se de um prévia seleção de bibliografias ou documentos que poderão ser utilizados como referências ou “mapas” na construção de uma monografia, tcc ou qualquer outro trabalho acadêmico. [...].

O levantamento bibliográfico em questão se trata de artigos e publicações referentes à socioeconômica solidária que vem sendo implantada no Brasil na forma dos Bancos Comunitários para que seja feita a devida análise da evolução dessa nova forma de crédito para as classes menos favorecidas, procurando evidenciar as vantagens ou desvantagens dessa inovação na análise e concessão de crédito.

Segundo Gisele Leite (2007), “o estudo de caso se dedica a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais de determinada unidade social: indivíduo, grupo, instituição, comunidade...” Ou seja, pode-se dizer que através do estudo de caso será feita uma análise da interação dessa comunidade com as constantes mutações do mercado onde está inserida. A pesquisa será de caráter qualitativo, pois tratará a evidenciação fatos e dados onde será exposta a vantagem ou desvantagem e os impactos na comunidade com a implantação do banco comunitário. Sendo assim para a pesquisa a ser realizada serão abordados livros correntes, livros de referência, artigos científicos e websites.

5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BANCOS TRADICIONAIS E BANCOS COMUNITÁRIOS

Com relação ao crédito popular, há de forma sutil uma apropriação recíproca pelas finanças tradicionais, micro finanças e finanças solidárias tanto do discurso quanto das metodologias utilizadas. Para as finanças tradicionais, o aumento da oferta de bancos facilita o acesso aos serviços financeiros básicos para as pessoas de baixa renda, desde que estas atendam aos requisitos necessários. Os bancos comunitários não se voltam necessariamente a uma parcela da população que está impossibilitada de oferecer contrapartidas bancárias significativas, salvo algum ou outro caso específico.

Na verdade, o foco principal dos bancos comerciais continua sendo o de ampliar o mercado consumidor a fim de obter lucros. Neste caso, a obtenção de ganhos de capital se faz com a oferta de pequenos valores em grande quantidade para um potencial mercado que representa cerca de 70% dos domicílios com renda de até 5 salários no país.

O sistema financeiro tradicional almeja o lucro por meio do aumento de seus negócios. Sob outro aspecto, as finanças solidárias populares realizadas através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento utilizam-se do capital e de serviços já desenvolvidos pelo sistema financeiro tradicional, como por exemplo, a utilização das contas simplificadas como ferramenta para alcançar seu objetivo de ampliar o acesso financeiro àqueles que não possuem as exigidas pelos bancos tradicionais.

A utilização da moeda social como circulante local auxilia o fluxo real da economia de um território através da produção, comércio, trocas e outras atividades econômicas gerando renda, trabalho, maior circulação das riquezas e desenvolvimento. O banco comunitário, através da viabilização do acesso aos produtos financeiros, incentiva o crescimento de uma condição de pobreza dependente para outro patamar, que se refere a participação econômica e social ativa. Esta mudança de atitude se reflete num aumento da autoestima dos indivíduos que fazem parte daquela comunidade.

Com base nos dados pesquisados faz-se uma análise comparativa entre os elementos inerentes ao Banco Tradicional e ao Banco Comunitário de Desenvolvimento, elencando os produtos financeiros oferecidos por cada um deles. Realiza-se este procedimento para identificar paralelos, semelhanças e diferenças sobre a tipologia praticada. Essa comparação foi elaborada levando em consideração os seguintes itens: moeda, público alvo, objetivo,

produtos e serviços, concedentes, origem dos recursos, forma de liquidação, sistema de garantias, juros e regulamentação do Bacen.

A moeda utilizada pelos bancos tradicionais é aquela praticada no país, já no banco comunitário existe a opção de operar com a moeda nacional e/ou com uma moeda paralela. A moeda paralela, chamada de moeda social, possui uma equivalência, em valores, a moeda usual. A moeda social é utilizada dentro da comunidade com o intuito de incentivar a economia local, e os serviços financeiros oferecidos, tendo ela como base, possuem taxas de juros mais baixas ou inexistentes.

O público alvo destas instituições diverge em decorrência do seu poder econômico, ou seja, a capacidade de obtenção de lucro através das operações financeiras contratadas. Os bancos tradicionais investem na atração de consumidores com garantias reais de retorno e que atendam a todos os requisitos de análise de crédito, com o intuito de reduzir o risco de inadimplência e possíveis perdas. Os bancos comunitários atingem exatamente aquela parcela de público com algum potencial de retorno, mas que não se adequam de alguma forma aos parâmetros exigidos pelas outras instituições, com isso, eles contribuem para o aquecimento da economia da comunidade onde estão situados.

O objetivo principal dos bancos comunitários é proporcionar o desenvolvimento de comunidades de menor poder aquisitivo, promovendo a inclusão social destas, através da criação de produtos financeiros que se adequam à realidade da população ali inserida, facilitando sua obtenção por meio de uma análise de crédito social, baseada na indicação dos moradores da região enquanto que os bancos tradicionais analisam o perfil dos clientes potenciais de acordo com parâmetros pré-estabelecidos de geração de renda e benefícios futuros.

As diferenças mais relevantes encontradas nas operações executadas pelos bancos comunitários em comparação aos bancos comerciais podem ser evidenciadas nos seguintes pontos: sistema de garantias exigido, pois os bancos tradicionais solicitam garantias reais (bens móveis ou imóveis) ou fiador (pessoa responsável por arcar com as despesas ou pagamento de algum produto financeiro, caso o contratante fique inadimplente) e os bancos comunitários não exigem garantias, em sua concessão de crédito é utilizado o Aval Solidário, ou seja, o que importa é a reputação do tomador junto a sua comunidade. E, talvez o item mais importante nessa comparação seja a forma da incidência de juros sobre estas operações,

visto que, apesar de atualmente a taxa praticada pelo banco tradicional esteja um pouco mais razoável, tal variável é mensurada através de premissas do mercado financeiro, oscilando de acordo com este mercado. Enquanto que no banco comunitário, o adquirente pode optar pelo produto financeiro em moeda nacional, com taxa de juros diferenciada e evolutiva, ou por um produto financeiro em moeda social, onde não há incidência de juros, porém, nesse caso, o valor concedido deve ser investido na própria comunidade. A forma de pagamento de ambas as instituições é semelhante, em parcelas mensais e consecutivas ou no final do contrato.

O Quadro 3 apresenta o comparativo entre características referentes aos Bancos Tradicionais e Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Quadro 3 - Comparativo entre características referentes aos Bancos Tradicionais e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

	BANCOS TRADICIONAIS	BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Moeda	Uso da Moeda Nacional	Uso de Moeda Nacional e Moeda Paralela
Público Alvo	Parcela da população isenta de registros nos órgãos de restrição ao crédito. Agricultura Familiar e Microempreendedores.	Produtores e consumidores que participem da associação de moradores da comunidade atendida; População sem garantias reais; População inserida nos órgãos de proteção ao crédito.
Objetivo ao Facilitar o Acesso ao Crédito Popular	Aumento do volume de serviços financeiros, visando ampliar o mercado e, conseqüentemente a obtenção de lucros.	Inclusão Social; Subsídio, disseminação e formação de iniciativas de produção e consumo com base nos pilares da Economia Solidária
Produtos e Serviços	Contas Simplificadas, Concessão de empréstimo de baixo valor, juros baixos e curto prazo	Moeda Circulante Nacional, crédito solidário cartão de crédito popular solidário, ofertas de contas simplificadas em parceria com bancos regulados pelo Bacen.
Concedentes	Bancos Comerciais públicos e privados regulamentados pelo BACEN	Banco Comunitário, Banco Popular do Brasil.
Origem dos Recursos	FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), De acordo com a legislação vigente, pode ser emprestado até o limite de 2% dos depósitos à vista captados.	ONG's nacionais e internacionais, Estado e próprios associados.
Forma de Liquidação	Em parcelas mensais e consecutivas, ou no vencimento do contrato.	Em parcelas mensais e consecutivas, ou no vencimento do contrato.
Sistema de Garantias	Garantias reais ou fiador.	Ausência de garantias reais ou fiador, Aval solidário da vizinhança.

Juros (i)	Baixa taxas de juros calculadas com base na taxa praticada no mercado.	Sim, com a moeda nacional, sistema de juros evolutivos; Não, a moeda social circulante local é isenta de juros.
Regulamentação BACEN	Lei nº 4.595/64 e demais instruções regulamentarias divulgadas pelos órgãos competentes	Ainda não existe no Brasil um marco regulatório próprio para os Bancos Comunitários e as finanças solidárias. Nesta ausência, os Bancos Comunitários devem ficar atentos para algumas normas vigentes: Para operar Crédito Produtivo, com uma carteira própria, a entidade Gestora do Banco Comunitário deve ter o título de OSCIP de Microcrédito, ou estar conveniada com uma entidade que já possua esse título. (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO/ LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005).

Fonte: Autora, 2018.

Considerando as informações apresentadas, pode-se observar que as instituições comparadas apresentam vários itens semelhantes, levando-nos a crer que a diferença primordial entre os bancos comunitários e os bancos comerciais encontra-se em suas raízes, ou seja, nos pilares nos quais são fundamentados. Enquanto o banco comercial utiliza-se das práticas capitalistas de obtenção de lucro e geração de riqueza, os bancos comunitários advêm das filosofias da economia popular solidária, onde trabalham para incentivar o desenvolvimento das classes menos favorecidas.

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi alcançado, pois se comparou o sistema financeiro tradicional, os chamados bancos comerciais, com as práticas adotadas através do crédito popular praticado no Brasil, os bancos comunitários. Os objetivos específicos, da mesma maneira também foram realizados, visto que a partir do trabalho apresentado, foi possível reconhecer e descrever produtos oferecidos por ambas as instituições e sua forma de concessão, por meio da revisão teórica sobre moeda, natureza e papel das finanças na economia e a identificação dos bancos no Sistema Financeiro Nacional. Outro destaque foi dado ao tema referente ao acesso bancário oferecido à população de baixa renda, a efeito de caracterizar o público tomador dos serviços originados do crédito popular.

A análise apresentada proporcionou uma visão geral das principais características que circundam o tema. A partir deste procedimento ficou clara a existência de características comuns às práticas de finanças, bem como de matizes que se interpõem e se diferem sutilmente entre eles. Esta identificação foi necessária para comparação com a prática adotada pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

De fato, os bancos comunitários, tendo suas matrizes de gerenciamento e funcionalidade baseados na Economia Popular Solidária, concentram sua atenção na parcela da população com menor poder de compra. O banco comunitário tem como propósito promover o crescimento econômico da comunidade onde está inserido, para isso, procura propiciar o acesso a uma gama de produtos financeiros, dentre eles empréstimos, contas bancárias e cartão de crédito. Essa inclusão social é oferecida de duas formas, utilizando a moeda nacional, onde existe a prática dos juros evolutivos, ou pela moeda social.

Ao optar pela aquisição de produtos financeiros em moeda social, o adquirente fica isento de taxas e juros inerentes à concessão e remuneração do valor emprestado, mas para ter direito a tal benefício, se compromete formalmente, através de termo de acordo firmado com o banco comunitário, a investir o valor concedido na comunidade, incentivando e fomentando a economia local.

Com base no que foi abordado neste trabalho, percebeu-se que o advento dos bancos comunitários pode proporcionar um acesso menos burocrático a uma variedade de serviços e produtos financeiros antes inviáveis para uma fração dos brasileiros. Espera-se que este modelo bancário, venha a contribuir para o crescimento econômico da comunidade, podendo

influenciar de forma significativa a economia nacional, pois viabiliza maior poder de barganha a uma parcela expressiva da população, circunstância esta que gera riqueza, a qual deve ser empregada no mercado interno. Este modelo de instituição trabalha também na capacitação da comunidade, gerando uma qualidade de vida melhor e reforçando a confiabilidade entre os membros, com a utilização do aval social.

O volume de operações financeiras contratadas em moeda social pode vir a ter um efeito benéfico decorrente da facilitação do acesso aos produtos financeiros, visto que, os valores concedidos nesta modalidade, devem ser investidos na comunidade, possibilitando o aquecimento da economia local. Outro possível efeito, que pode ser vinculado à presença do banco comunitário na comunidade, é de cunho social, que é a conquista de uma maior valorização pessoal e das condições mínimas de dignidade humana, possibilitando o desenvolvimento de talentos e dons antes não evidenciados pela falta de montantes monetários mínimos. Um novo sentido é vivenciado, quando a própria população pode trazer à consciência o quanto é relevante seu papel nas atividades que implementa.

As limitações encontradas para realização desta pesquisa devêm-se prioritariamente ao fato de que os dados inerentes a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ainda são escassos, voltando-se sempre para uma instituição específica, sem trazer maiores informações sobre o desenvolvimento e movimentação dos demais bancos comunitários espalhados pelo Brasil

Há uma diversidade de temas a serem estudados a partir do crédito popular praticado no Brasil, recomenda-se um estudo quanto ao impacto causado por essa facilitação de acesso ao crédito na vida dos tomadores, tendo em vista mensurar a aplicação dos valores concedidos na economia local e qual o retorno esperado.

REFERÊNCIAS

- BOVESPA (São Paulo). **Sistema Financeiro Nacional**. 2018. Disponível em: <<https://phmp.com.br/artigos/sistema-financeiro-nacional-e-bolsa-de-valores/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- BRASIL. Constituição. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- CAILLÉ, A. **Sur les concepts d'économie em général et d'économie solidaire em particulière, in: La Revue du MAUSS Semestrielle, nº 21 "Alter-économie: quelle autre mondialisation "**, Paris, La Découverte, 2003.
- COSTA, Marco Antônio F da; COSTA, Maria de Fátima Barroso. Metodologia da pesquisa, conceitos e técnicas. **Interciência**, Rio de Janeiro, p.4-4, 2001.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 2002. 696 p.
- GODOY, Paulo; NARDI, Sérgio. **Marketing: para o varejo de baixa renda. Como otimizar o uso dos 4Ps**. Osasco: Novo Século Editora, 2006.
- GRILLI, Patrícia Helena. **Monografia: Surge um novo Target**. 2003, 107p. Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- GUANIS, B.Vilela Jr. **A Pesquisa Qualitativa**. Acesso em: 18 de abr. de 2018.
- LEITE, G. **Apostila de Metodologia Científica**. 2007. Acesso em 15 de maio de 2018, disponível em [recantodasletras.com.br: https://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/738577](https://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/738577).
- MANCE, E.A. **A Revolução das Redes: A Colaboração Solidária como um Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**, 1999, Petrópolis, Vozes, p. 178.
- MOWEN, John; MINOR, Michael S. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.
- PARENTE, Juracy G.; BARKI, Edgard. **Varejo na Baixa Renda**, Revista GV Executivo. Vol. 5, nº 1, fev/abr. 2006.
- PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na base da pirâmide: Como erradicar a pobreza com o lucro**. Reimpressão 2006. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- REED, Edward W; GILL, Edward K. **Bancos comerciais e múltiplos**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995. p. 5;259-367.
- SANTOS, A. Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparinas, 2007.

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 27-30.

SILVA, Jeová Torres, Et al. **Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil**: Revista NAU Social - v.6, n.10, p. 151-164 Maio/Outubro 2015.

SILVA, José Pereira Da. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 2000. 398 p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. www.institutobancopalmas.org/site.php> acesso em 12 maio de 2018.